

## **A INSTALAÇÃO DE BASES MILITARES ESTRANGEIRAS:**

### **ENTRE A SEGURANÇA COMPARTILHADA E O INTERESSE NACIONAL \***

*Pela Dr.ª Gracinda Marísia da Cruz Fortes*

No desenrolar das discussões sobre a revisão da Constituição da República de Cabo Verde (CRCV), opiniões controversas surgiram à volta de certas disposições constitucionais, dentre as quais, a estabelecida no nº 4 do artigo 11.º, referente à não edificação de bases militares estrangeiras no território nacional, que desde sempre suscitou muita polémica. Tendo em conta a complexidade e os diversos campos que o tema “bases militares” encerra, deixaremos aqui a nossa opinião sobre o mesmo, sem descurar, no entanto, que este é um campo muito sensível, por estarem intrínsecos direitos considerados inalienáveis à existência do Estado.

### **A SOBERANIA/SEGURANÇA COMPARTILHADA E O INTERESSE NACIONAL**

Na complexidade do mundo actual, com múltiplos e recentes arranjos em termos económicos, tecnológicos, securitários, ambientais e mesmo sociais, os Estados estão, cada vez mais interdependentes na resolução dos muitos problemas que ultrapassam as fronteiras estatais e que carecem de acções concertadas entre os diversos actores.

É notória a premência da integração intergovernamental em diversos domínios, facto que, por seu turno, testemunha a fragilidade da soberania que, apesar da sua indispensabilidade e *raison d'être* do Estado, vem sendo solapada por fenómenos globalizantes. O conceito de soberania entendida como poder não sujeito a nenhuma autoridade superior, uno, indivisível, inalienável e imprescritível, parece diluir na transnacionalidade dos problemas e riscos, na complexidade da nova realidade internacional caracterizada, entre outras coisas, pela interligação e movimento constante de capitais a escala planetária; pela preocupação com o terrorismo, a criminalidade transnacional e a proliferação de armas ligeiras e de destruição maciça; pelo desgaste ambiental e ecológico; pelos diversos problemas sociais como a emigração ilegal, o desemprego, os refugiados, e as epidemias que afectam a saúde pública.

Perante desafios que exibem um grau de correlação e complexidade nunca visto noutras épocas, a tendência é para os Estados se aglutinarem em organizações internacionais e regionais, quer de cariz militar, quer económico, de modo a melhor defenderem os seus interesses. De facto, muitos são os problemas cujas consequências e soluções escapam ao controle do Estado actual, demonstrando-se, muitas vezes, “*grande demais para as pequenas tarefas e pequeno demais para as grandes*” (Daniel Bell, 1978). Nesta óptica, basta reflectirmos sobre a actuação cada vez mais diminuta, em algumas áreas, dos Estados que integram a União Europeia e o aumento das questões que são concertadas e decididas a um nível supranacional, para se concluir que, se por um lado, os Estados têm a clara noção da necessidade da perda de competências soberanas a favor de maior integração, por outro sentem a urgência em fazer parte de organização supranacionais, de modo a melhor defenderem os interesses nacionais.

Esta partilha consentida de competências entre entidades estatais e estruturas supranacionais, aliado à actuação de múltiplos actores e intervenções de cariz humanitário, não deixam dúvidas da necessidade de se repensar o conceito de soberania, de modo a inseri-lo no novo cenário internacional, de interligação crescente, transnacionalidade e mais cooperativo.

É inegável que, actualmente, o poder soberano dos Estados encontra-se atado e comprometido aos efeitos da globalização, as alianças e ao modo como os Governos

interagem e se integram no sistema internacional. Esta questão remete-nos a um tema bastante polémico, o interesse nacional. Qual é, ou quais devem ser os interesses nacionais de um Estado, neste caso Cabo Verde? Que condicionalismos estão por detrás da eleição de certos elementos ou posições, considerados de interesse nacional em detrimento de outros?

Se o “interesse nacional” fosse facilmente identificável, com certeza não existiriam quaisquer dúvidas por parte dos decisores políticos na adopção de determinadas medidas. Na verdade, sabemos que o político deve ter uma visão de longo-prazo, ponderar muito e, por vezes, adoptar medidas que, no momento imediato, podem não agradar grande parte da população mas que, no entanto, são de grande interesse para projectos futuros. Independentemente das controvérsias à volta desta questão, subsiste um conjunto sólido de valores que devem ser respeitados e perseguidos por toda a comunidade política. Na CRCV, a independência, a soberania e a integridade territorial de Cabo Verde constituem valores fundamentais, inalienáveis e intangíveis do Povo, da Nação e do Estado.

Vivemos, hoje, em sociedades mais complexas e diversificadas, com fronteiras porosas e permeáveis à interferência e influência externas. A procura da paz e do desenvolvimento passou a constituir, a par das questões ambientais e securitárias, áreas de maior intervenção e preocupação por parte de todos os países que integram a comunidade internacional. Assim, os designados “interesses nacionais” embatem, constantemente, nos interesses regionais, de blocos, ou, então nos interesses da sociedade internacional como um todo.

Ao mesmo tempo, a noção de segurança nacional apregoada anteriormente (defesa das fronteiras e do território nacional), já não se compadece com as novas ameaças e os novos os moldes como as sociedades se interagem para pôr termo aos problemas actuais. Frente aos novos desafios e a incapacidade dos Estados operarem individualmente na resolução dessas questões, impõe-se uma nova visão de segurança nacional – segurança compartilhada – que exige articulação, tanto a nível supra-estatal, como infra-estatal, na defesa dos interesses das colectividades envolvidas. Nesta lógica e, face a necessidade de interdependência e cooperação, cabe então indagar se, para garantir a própria segurança, um país deve abrir mão de direitos soberanos sobre parte do território nacional.

## **DERROGAR OU CONSERVAR O N.º 4 DO ARTIGO 11.º DA CONSTITUIÇÃO?**

A Constituição, de qualquer Estado, constitui um corpo jurídico de dispositivos que atesta a vontade do povo e fixa os princípios orientadores da acção do Estado, os direitos e as obrigações do indivíduo face ao Estado.

De acordo com a CRCV, aprovada em 1992, “O Estado de Cabo Verde recusa a instalação no território nacional de bases militares estrangeiras no seu território” (nº 4, do artigo 11.º). Tendo em conta que as revisões constitucionais servem para derrogar, alterar ou introduzir preceitos, quando as mudanças nacionais e internacionais impelem tais modificações, devemos, então, questionar sobre a necessidade da derrogação de tal preceito. Será que este é o momento ideal para Cabo Verde debelar um preceito tão sensível? Que condicionalismos, vantagens e desvantagens estão por detrás da instalação de uma base militar?

Ao longo da sua história, Cabo Verde pautou-se pela neutralidade, pelo pacifismo e pelas boas relações com todos os povos. Nos termos da Constituição, *o país rege-se nas relações internacionais pelos princípios da independência nacional, do respeito pelo Direito Internacional e pelos Direitos do Homem, da igualdade entre os Estados, da não ingerência nos assuntos internos dos outros Estados, da reciprocidade de vantagens, da cooperação com todos os outros povos e da coexistência pacífica* (artigo 11.º). Este tem

sido o entendimento dos diversos Governos, desde a independência do país: não envolver em demasia e manter uma atitude de busca de consenso perante situações de conflito.

Não obstante, as múltiplas razões apontadas para a criação de bases militares estrangeiras, em momento algum devemos descuidar do facto destas serem instrumentos de guerra, e não estarem à margem dos conflitos representando, deste modo, uma permanente ameaça, não só aos Estados que as albergam, como aos Estados vizinhos. É, também, inegável que estas põem em causa a soberania nacional dos países onde estão instaladas pois, normalmente nos tratados celebrados estes cedem parte do território a outro.

No entanto, afirmar, meramente, que a instalação de uma base militar tem efeitos directos no poder soberano que o país exerce sobre parte do território nacional, não nos parece tão fundamental, quando consequências inerentes a tal decisão, em termos ambientais e de natureza securitária afiguram-se, de longe, mais preocupantes e mais nocivas para o país.

A possibilidade de contaminação do meio ambiente por hidrocarbonetos, metais pesados e outros é uma consequência inerente a construção de uma base militar. Por outro lado, o uso do país como plataforma para a projecção de operações militares torna-o, claramente, mais vulnerável face às ameaças.

Como sabemos, Cabo Verde é um pequeno país, que apesar, da boa governação democrática, a graduação aos países de rendimento médio e as boas relações a nível internacional, não pode descuidar da sua situação geográfica insular e, mais ainda, do facto de estar inserido numa zona geoestratégica política e socialmente instável. Num contexto internacional, onde as relações estão cada vez mais militarizadas e a afirmação da identidade e da independência nacional é a tarefa preponderante, a soberania, relativa ou não, tem sido condição *sine qua non* para a afirmação do país na senda internacional e para a participação e defesa dos seus interesses, em condições de igualdade nos diversos fóruns internacionais. Os sucessivos Governos têm criado todas as condições, dentro e fora das fronteiras nacionais, para que a Nação cabo-verdiana se integre e coexista de forma pacífica com outras nações.

Para além dos aspectos negativos, é óbvio que o país que consente que o seu território seja utilizado por outro aufere de contrapartidas, desde logo, económicas. O problema reside, justamente, em medir os prós e contras e não visualizar apenas benefícios de curto-prazo.

Caso a Constituição fosse omissa em relação a essa possibilidade, caberia unicamente aos decisores políticos deliberar sobre isso. Na verdade, a soberania emana do povo e este elege, através de eleições democráticas, um governo que o representa, delegando nos decisores políticos parte dos seus direitos para que estes administrem e governem em defesa dos interesses de toda a nação. Insta-se, contudo, que para a defesa plena desses interesses, o cidadão nacional deve exigir do seu Estado capacidades mínimas de resposta face aos novos problemas e a criação de condições indispensáveis à segurança dos cidadãos nacionais e do Estado.

A proibição de bases militares estrangeiras, que como costume apenas foi materializado constitucionalmente, com certeza encontra-se no leque dos princípios que só podem ser derogados em situações que põem em causa a paz e a estabilidade das regiões de interesse estratégico para o país ou da comunidade internacional no seu todo.

Ao constar como preceito constitucional, pressupõe a sua observância e aplicabilidade, o que não invalida a utilização temporária do espaço nacional por forças estrangeiras, em casos de intervenções militares devidamente autorizadas pela Organização das Nações Unidas, ou mediante acordos de curta duração como ocorreu durante o Exercício

*Steadfast Jaguar* 2006, da NATO; e nem a fiscalização conjunta das águas sob jurisdição nacional com outros países; facto que tem vindo a acontecer e com resultados positivos.

\* *Publicado na página online do Jornal Asemana em 23 de Março de 2009*